



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

1

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017

**PARA AQUISIÇÃO DE TI - AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE
DADOS (ARCHIVING)**

PROCESSO SEFAZ Nº 78094410

**SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES-e
BANCO DO BRASIL**



**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2245/OC-BR**

DATA: 11/10/2017



CONTEÚDO

EDITAL.....	3
ANEXO I - MINUTA DO TERMO DO CONTRATO	24
ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	34
ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS	75
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO	77
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR	78
ANEXO VI - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	79
ANEXO VII - RELAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO	80
ANEXO VIII - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (FIANÇA BANCÁRIA)	82



EDITAL
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017¹
PROCESSO Nº 78094410

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico do Banco do Brasil no endereço eletrônico <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>>

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 9 horas do dia 13/10/2017.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 9h00min do dia 26/10/2017.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 9h31min do dia 26/10/2017.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA: Às 10 horas do dia 26/10/2017.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 Seleção e contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE TI – SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING), de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes nas Especificações Técnicas - Anexo II.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site e as especificações constantes do Anexo II deste Edital prevalecerão as últimas.

1.2 Pelo fato da contratação incluir “a aquisição de bens destinada a Programa de Fortalecimento e Modernização das Áreas Fiscal, de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo dos Estados – PROFISCO, adquirida por meio de licitação ou contratação efetuada dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”, conforme os Convênios ICMS nº 79/05 e 49/2017, aprovados pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, **o objeto desta licitação tem o benefício da ISENÇÃO DO ICMS.**

¹ Tendo em vista a necessidade de verificar a compatibilidade das especificações com o que é usualmente contratado no mercado, além de estabelecer critérios de paridade de preços, segundo o art. 3º da Lei nº 8.666/93, e de isonomia entre os fornecedores, bem como de esclarecer eventuais dúvidas, a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ submete à Consulta Pública, no período de 14/08/2017 a 29/08/2015, as Especificações Técnicas elaboradas pela área de Tecnologia da Informação e de Negócio, permitindo aos interessados a apresentação de seus questionamentos, sugestões e orçamentos estimativos.



1.2.1 A isenção supracitada não produzirá efeitos nas propostas de empresas optantes pelo SIMPLES/Nacional, em razão do regime tributário especial aplicado a estas empresas.

1.3 Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I: Minuta do Termo do Contrato;
- Anexo II: Especificações Técnicas;
- Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo IV: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação;
- Anexo V: Modelo de Declaração de não Empregar Menor;
- Anexo VI: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
- Anexo VII: Relação dos Países Membros do BID; e
- Anexo VIII: Garantia de Execução Contratual.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, exclusivamente por meio de correio eletrônico via internet, no e-mail cplprofaz@sefaz.es.gov.br.

2.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

2.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail cplprofaz@sefaz.es.gov.br. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro por meio do site <http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3.2 Os esclarecimentos deverão ser prestados pelo pregoeiro no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.3 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que:

4.1.1 Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do Item 12 deste Edital, e estiverem devidamente credenciadas no



Banco do Brasil, por meio do *site* <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>> e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente.

4.1.2 Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos do § 1º do Artigo 1º do Decreto nº 3.722/2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10.01.2001 (válido só para empresas nacionais).

4.1.2.1 As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

4.1.2.2 As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no Banco do Brasil no *site* <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>>, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão. Para seu credenciamento deverão fornecer: nome, endereço físico, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

4.1.3 Não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, e não esteja sob concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, falência, dissolução ou liquidação, e no caso de a licitante se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio de documentação apropriada constante no envelope de habilitação, cumulativamente, o cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste Edital, bem como a apresentação da sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

4.1.4 Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer **Órgão da Administração Pública**, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a **Administração Pública**.

4.2 Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante das Especificações Técnicas no Anexo II do presente Edital. O Banco do Brasil atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico.

4.3 Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.3.1 Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.2 Empresas de países que não sejam membros do BID.

4.4 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.5 Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo Comprador.



4.5.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.6 Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao Comprador será elegível para participar deste processo licitatório.

4.7 Aplicam-se aos Licitantes nessa aquisição todas as disposições referentes às Práticas Proibidas e à incorporação do reconhecimento recíproco de sanções por parte de Instituições Financeiras Internacionais (IFI).

5. DA PARTICIPAÇÃO PELAS EMPRESAS DOS PAÍSES MEMBROS DO BID

5.1 Este Pregão Eletrônico está aberto a todos os Licitantes elegíveis, conforme especificam as Normas de Aquisição do BID, que ofereçam bens e/ou serviços cujo país de origem seja membro do BID e que demonstrem satisfatoriamente para o comprador sua elegibilidade, sua capacidade e adequação de recursos para executar o Contrato de forma eficiente. A relação dos países membros do BID encontra-se no Anexo VII.

5.2 Os critérios a serem utilizados para determinar que um Licitante seja proveniente de um país membro do BID estão estabelecidos no Anexo VII.

5.3 Entende-se por “país de origem” dos Bens e/ou dos Serviços a definição estabelecida no Anexo VII.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1 Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

6.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao site <<http://www.licitacoes-e.com.br>>.

6.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.4 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS



7.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valor total do lote a ser cotado, **considerando-se o valor sem ICMS**, em virtude da isenção indicada no item 1.2, a partir da data da liberação do Edital no site <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>>, até o horário limite para acolhimento das propostas, ou seja, até às **09h30min** do dia **26/10/2017**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período o Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

7.1.1 Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços (incluindo-se planilhas ou outros documentos exigidos para a proposta), sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro.

7.1.2 O licitante vencedor deverá indicar a marca e o modelo dos produtos oferecidos, podendo anexar ficha ou catálogo dos produtos.

7.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

7.3 O Licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do Artigo 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

7.4 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.5 O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site e as especificações constantes do Anexo II - Especificações Técnicas deste Edital prevalecerão as últimas.

7.6 O Pregoeiro verificará as propostas de preços enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato ao Licitante desclassificado. **(v. item 7.1.1)**

7.7 A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte do Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 A partir das 10h00min do dia 26/10/2017 e de conformidade com o estabelecido neste Edital terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de preços habilitadas em conformidade com o item 7 - Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.



8.2 A partir das 10h30min desta mesma data ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>>, conforme Edital.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 Somente os Licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os lotes cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o Licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.1.1 Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO LOTE, considerando-se os valores sem ICMS.**

9.2 Os Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

9.3 O Licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no Sistema.

9.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.5 Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico, de acordo com a comunicação aos Licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.6.1 Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos Licitantes observados o mesmo tempo de até 30 (trinta) minutos.

9.7 Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate técnico nos termos do Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que tiverem atendido o disposto no Subitem 7.3 deste Edital.

9.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

9.7.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta, de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



9.8 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

9.8.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <<http://www.licitacoes-e.com.br>>.

9.9 A desistência em apresentar lance implicará exclusão do Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO.

10.1 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente de lances, a critério do Pregoeiro, emitido pelo sistema eletrônico aos Licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.2 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.3 O Pregoeiro anunciará o Licitante arrematante, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão da mesma, acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.4 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

10.4.1 Caso não ocorra lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e/ou serviços e a especificação técnica prevista.

10.4.2. O item cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante das Especificações Técnicas no Anexo II, poderá não ser aceito e adjudicado.

10.5 Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a habilitação do Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

10.6 Após o encerramento da sessão de disputa, o licitante arrematante deverá encaminhar proposta de preços final, atualizada com o último lance, em meio digital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no *chat*, para o e-mail cplprofaz@sefaz.es.gov.br, devendo constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme modelo constante do Anexo III: **(obs.: toda essa documentação deverá ser previamente preparada pelos licitantes).**

a) razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante



legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

b) prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

c) prazo máximo de entrega para o lote são aqueles previstos no Anexo II;

d) preços unitários e total de cada lote, de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o Inciso IV do Artigo 43 da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances, considerando as quantidades constantes nas Especificações Técnicas - Anexo II do presente Edital;

d.1 A empresa arrematante deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários e total sem incidência do ICMS, considerando a isenção estabelecida no CONFAZ;

d.2 A empresa arrematante deverá também apresentar os valores que seriam praticados com ICMS, caso não houvesse a isenção indicada no item 1.2, comprovando-se assim a aplicação do desconto devido à isenção do ICMS.

e) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos (com e sem ICMS, conforme descrito no item anterior), taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

f) deverá ser apresentado juntamente com a proposta os “*folders*”, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens pelo Setor Técnico.

g) documentos comprobatórios da habilitação, conforme item 12 deste Edital.

10.7 As propostas de preços originais, nos moldes do item 10.6 acima, deverão ser enviadas para a Comissão Permanente de Licitação do Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária – CPL PROFAZ da Secretaria de Estado da Fazenda, localizada na Av. João Batista Parra, nº 600, Ed. Aureliano Hoffman, 11º Andar, Enseada do Suá, Vitória-ES. CEP: 29050-375, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da indicação do(s) Licitante(s) arrematante(es). Caso o arrematante seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.

10.8 Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.8.1 Nas hipóteses previstas neste item, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.



10.8.2 Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

10.9 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitado o Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a empresa vencedora do respectivo lote.

10.10 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de menor preço por lote, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

11.1.1. A proposta que, após a fase de lances, contiver preços unitários e/ou global superiores ao admitido no edital será desclassificada. Preços unitários superiores ao admitido no edital poderão ser corrigidos, conforme a solicitação do Pregoeiro, desde que não altere o preço global da proposta.

11.2 O empate entre dois ou mais Licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública a ser designada para a qual todos os Licitantes serão convocados. O presente item, não é aplicável no caso do empate técnico disposto no Subitem 9.7 deste Edital.

11.3 Será admitido apenas 01 (um) Licitante vencedor para cada lote.

11.4 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Comprador e nem firam os direitos dos demais Licitantes.

11.5 O resultado desta licitação será publicado no DOU e no DOES, no site <<http://www.sefaz.es.gov.br>> e no site <<http://www.licitacoes-e.com.br>>.

11.6 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas a Pregoeiro convocará todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Para habilitação neste Pregão Eletrônico, as empresas nacionais deverão estar cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com os documentos em plena validade, a qual será verificada “on line”, devendo atender às seguintes condições:



12.1.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

12.1.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§ 2º Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;



III Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

IV Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.1.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que o licitante forneceu solução compatível em características, quantidades e prazos, sem restrição, de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica fornecido por Órgãos da Administração Pública ou Entidade Privada, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.

b) Declaração do Licitante, comprometendo-se a prestar assistência técnica e manutenção dos equipamentos e dos serviços a serem prestados;

c) Declaração de que assume o compromisso de reparar os problemas que por ventura surgirem nos equipamentos objeto desta licitação, no prazo determinado contratualmente, contados do recebimento da notificação efetuada pelo órgão promotor do certame;

d) Declaração de que o Licitante está apto e autorizado a comercializar, instalar e prestar manutenção nos respectivos equipamentos fornecidos e cotados no projeto.

§ 1º Toda documentação para a habilitação deverá ser apresentada em língua portuguesa, sendo admitido o recebimento de folhetos ou catálogos nos idiomas espanhol ou inglês, desde que devidamente traduzidos para o português, por tradutor juramentado.

§ 2º É permitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante.

12.1.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a.1) Para Sociedade Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei nº 6.404/76, cópias da publicação de:

- * balanço patrimonial;
- * demonstração do resultado do exercício;
- * demonstração dos fluxos de caixa. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à apresentação da demonstração dos fluxos de caixa;
- * demonstração das mutações do Patrimônio Líquido ou a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- * notas explicativas do balanço.

a.2) Para outras empresas:

- * balanço patrimonial registrado no órgão competente;
- * demonstração do resultado do exercício;
- * Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

b) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

b.1) As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

- ILG – Índice de Liquidez Geral;
- AC – Ativo Circulante;
- RLP – Realizável a Longo Prazo;
- PC – Passivo Circulante;
- PNC – Passivo Não Circulante*;

ii) Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$



Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante*;

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante;

c) Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, ou prestar garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de habilitação.

c.1) A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei nº 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

d) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

d.1) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

§ 1º Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§ 2º A comprovação dos índices referidos na alínea “b”, bem como do patrimônio líquido aludido na alínea “c”, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea “a” deste item, constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).



§ 3º No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

12.1.5 DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei nº 9.854, de 27/10/99), conforme modelo constante do Anexo V deste Edital.

12.1.6 DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE SUA HABILITAÇÃO

a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Sua Habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do Licitante, com o número da identidade do declarante.

12.2 O Licitante arrematante terá o prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas para enviar, para o e-mail **cplprofaz@sefaz.es.gov.br**, os documentos necessários para habilitação, junto com as propostas de preços, conforme indicado no item 10.6.

12.3 O Licitante arrematante que encaminhar os documentos de habilitação via e-mail, deverá enviá-los para a Comissão Permanente de Licitação do PROFAZ – CPL/PROFAZ da Secretaria de Estado da Fazenda, localizada na Avenida João Batista Parra, nº 600, Ed. Aureliano Hoffmann, 11º andar, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-375, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da indicação do(s) Licitante(s) arrematante(es), junto com a proposta de preços, conforme indicado no item 10.7. Caso o vencedor seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.

12.4 Os documentos necessários à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira, que estiverem registrados e atualizados no Sistema SICAF serão dispensados da apresentação de cópias na proposta de preços. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no Sistema SICAF ou quando não estiverem nele contemplados, deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.

12.5 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.6 O Licitante estrangeiro deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos aos Licitantes brasileiros, no caso de ser considerado arrematante.

12.7 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do Licitante.

13. DOS RECURSOS



13.1 Com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, o Pregoeiro comunicará os licitantes, por meio do sistema eletrônico e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame, oportunizando aos interessados a interposição de recursos.

13.2 Qualquer Licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor, em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2.1 Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

13.3 A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4 Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela via eletrônica – em campo próprio do sistema eletrônico-, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

13.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

13.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8 Os recursos e contrarrazões de recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

13.9 Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

13.10 A minuta de ata da sessão pública será disponibilizada na internet, para livre acesso, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

13.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.



13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria de Estado da Fazenda, localizada na Avenida João Batista Parra, nº 600, Ed. Aureliano Hoffmann, 11º andar, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-375, no horário de 09h as 12h e das 13h às 18h.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

14.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao Licitante vencedor pelo Pregoeiro.

14.3 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

15. DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da certificação de que os bens e/ou serviços foram aceitos, mediante a apresentação de:

- a) nota fiscal/fatura contendo a descrição dos materiais/serviços, quantidades, preços unitários e o valor total, **sendo que o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço dos respectivos produtos, devendo a Contratada demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal.**
- b) nota de entrega atestada;
- c) o comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e
- d) dos encargos sociais.

15.2 No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados "*pro rata die*", sobre o valor da nota fiscal/fatura.

15.3 No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

15.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo ao comprador por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da aquisição dos bens e/ou serviços correrão por conta dos recursos consignados no Contrato de Empréstimo Individual nº 2245/OC-BR, conforme condições estabelecidas neste instrumento, a cargo da conta do projeto 04.129.0615.1064 – Modernização Tributária, fonte 0143 (BID), naturezas de Despesa 4.4.90.52.00, 4.4.90.39.00, 3.3.90.39.00 e 3.3.90.30.00, para o exercício de 2017.



17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado, com a empresa adjudicatária, contrato com vigência de 36 (trinta e seis) meses, conforme modelo do Anexo I, a contar da data de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia dos equipamentos, sendo iniciada sua contagem quando da instalação dos mesmos.

17.2 A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.

17.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC/ES e no SICAF, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

17.4 Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

17.5 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do Comprador, designado como Representante que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

17.6 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1 A empresa adjudicatária prestará Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades:

- a) seguro garantia, ou
- b) fiança bancária, ou
- c) caução em dinheiro.

18.2 Caso a empresa adjudicatária preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do Anexo VIII.

18.3 O depósito de Garantia de Execução contratual deverá obedecer ao seguinte:

- a) caução em dinheiro deverá ser depositada na conta aberta pela contratante no BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S/A.
- b) fiança bancária ou seguro-garantia deverá ter prazo de validade até o mínimo de 30 (trinta) dias corridos após o prazo de vigência contratual



18.4 O depósito da Garantia de Execução Contratual deverá ser entregue ao Comprador, em até 30 (trinta) dias do ato da assinatura do Contrato.

18.5 O Contratante restituirá ou liberará a garantia prestada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o término da execução do Contrato, de acordo com o art. 56, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

- 19.1.1 Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2 Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos;
- 19.1.4 Apresentar documento falso;
- 19.1.5 Ensejar o retardamento da licitação;
- 19.1.6 Não manter a proposta;
- 19.1.7 Cometer fraude fiscal; ou
- 19.1.8 Comportar-se de modo inidôneo.

19.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei nº 8.666/93 e no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

19.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

- 19.3.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;
- 19.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos;

19.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

19.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1 Os Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas do BID.



21. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS BENS

21.1 Os bens deverão ser entregues [e/ou os serviços executados] nos prazos máximos estipulados no Anexo II deste Edital, bem como no local e horários indicados.

21.2 Os bens deverão ser entregues [e/ou os serviços executados] rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

21.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico, a menos que formalmente autorizada pelo Comprador.

21.4 Os bens serão recebidos por uma Comissão, que terá, juntamente com o Representante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

21.5 Aceitos os bens [e/ou os serviços executados], será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

21.6 Não aceito(s) o(s) Bem(ns) entregue(s) [e/ou os Serviços executados] será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, em um prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do Comprador, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Artigo 18, do Decreto nº 3.555/2000.

22.2 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços de preços.



22.3 O preço máximo admitido para o presente processo licitatório, sob pena de desclassificação, é de:

Itens	Especificação	Quant.		
			Valor Unitário	Valor total
1	Solução de Arquivamento de Dados			
	Software	1 conjunto	5.297,00	339.008,00
2	Suporte e Garantia			
	Suporte	60 meses	5.140,83	308.449,90
3	Serviço			
	Serviços	1 conjunto	39.614,00	39.614,00
4	Treinamento			
	Treinamento Oficial	1 conjunto	50.632,91	50.632,91
	Treinamento in loco	1 conjunto	5.141,19	5.141,19
	TOTAL		742.846,00	
1	Solução de Arquivamento de Dados			
	Software	1 conjunto	1.734.068,43	1.734.068,43
2	Suporte e Garantia			
	Suporte	60 meses	923,55	55.413,00
3	Serviço			
	Serviços	1 conjunto	97.481,48	97.481,48
4	Treinamento			
	Treinamento Oficial	1 conjunto	48.148,15	48.148,15
	Treinamento in loco	1 conjunto	4.888,89	4.888,89
	TOTAL		1.939.999,95	

22.4 Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.5 Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6 Após apresentação da proposta de preços de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo Comprador.



22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.10 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do Comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.12 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

22.13 Os Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22.14 O Edital e seus Anexos, além de poderem ser lidos e retirados via Internet no *site* <<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>> poderão também ser obtidos com o Comprador, por meio do email cplprofaz@sefaz.es.gov.br.

22.15 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail cplprofaz@sefaz.es.gov.br.

22.16 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca da Capital, cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Vitória (ES), 11 de outubro de 2017.

Ricardo Ishimura

Pregoeiro CPL/PROFAZ – SEFAZ/ES



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO I - MINUTA DO TERMO DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS, Nº [indicar] QUE ENTRE SI CELEBRAM, o Contratante [indicar nome], E A EMPRESA [indicar nome]

Aos [indicar] dias do mês de [indicar] do ano de [indicar], o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO, inscrita no CNPJ sob o nº 27.080.571/0001-30, com sede na Avenida João Batista Parra, nº 600, Ed. Aureliano Hoffmann, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-375, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. (a) [indicar], RG nº [número], CPF [número], e a firma [indicar], CNPJ/MF nº [indicar], estabelecida no [indicar], em [indicar], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. [indicar], [indicar nacionalidade], RG [indicar], CPF [indicar], residente e domiciliado na [indicar], celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº [indicar], Homologado pelo Autoridade Competente, realizado nos termos do Contrato de Empréstimo nº **2245/OC-BR**, firmado entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme faculta o § 5º do Artigo 42 da Lei nº 8.666/1993, com suas alterações subsequentes, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 5.504/2005, Lei Complementar nº 123, Portaria Interministerial nº 127 do MPOG, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato o **FORNECIMENTO DE TI – SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)** a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE, relacionados no Anexo II – Especificações Técnicas, descrição do Fornecimento, nos termos e condições do Edital e seus Anexos, que passam a integrar este Instrumento como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS [E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS]

2.1 Os Bens deverão ser entregues e os serviços serão executados no(s) local(is) indicado(s) no Anexo II.

2.2. Entende-se como entrega dos bens [e/ou execução dos serviços] a colocação no local indicado no Anexo II.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;



- b) permitir livre acesso dos técnicos da **CONTRATADA** aos locais onde estiveram instalados os bens [e/ou executados os serviços], observadas as normas de segurança pertinentes;
- c) preparar os locais para recebimento e instalação dos bens [e/ou execução dos serviços], comunicando à **CONTRATADA**, por escrito, a data em que poderão ser montados e instalados aqueles que necessitem de lugares devidamente adaptados para seu adequado funcionamento;
- d) realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues [e/ou serviços executados], pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, o bem que a empresa vencedora entregar fora da especificação;
- f) emitir o Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e Serviços, por meio da Comissão de Recebimento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório e atendidas as solicitações ali formuladas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

- a) orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens [e/ou serviços], fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- b) proceder à entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;
- c) efetuar a entrega dos bens;
 - i) de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital, considerando a variação permitida nas dimensões;
 - ii) acompanhados dos respectivos manuais técnico-operacionais, redigidos em português, espanhol ou inglês;
 - iii) apresentando certificado de garantia do fabricante, com período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para os produtos, de acordo com o descrito no Anexo II do Edital;
 - iv) tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
 - v) que não deverão ser recondicionados, remanufaturados ou qualquer outra terminologia empregada para indicar produto proveniente de reutilização de material;



- d) providenciar a importação dos bens em nome da **CONTRATANTE**, quando for o caso;
- e) embarcar o bem no porto e/ou aeroporto, nos prazos e condições estabelecidos em sua proposta de preços de preços, quando for o caso;
- f) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- g) manter no Brasil, no caso da **CONTRATADA** não estar situada no Brasil por meio de empresas de assistência técnica, estoque suficiente de peças sobressalentes, a fim de assegurar a pronta e eficaz manutenção dos bens;
- h) realizar testes e corrigir defeitos nos bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a **CONTRATANTE**, durante o período de garantia;
- i) responder por todos os ônus referentes à entrega dos bens ora contratados, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- j) garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à **CONTRATANTE** a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- k) montar e instalar os bens no local indicado pela **CONTRATANTE**;
- l) utilizar, na execução dos serviços, materiais novos, sem uso, de modelos mais recentes ou atuais;
- m) ofertar serviços que não apresentam vícios provenientes de projeto, material ou mão de obra utilizados ou decorrente de ato ou omissão da **CONTRATADA** que possam surgir pelo uso normal dos mesmos, nas condições existentes no Brasil;
- n) responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;
- o) responsabilizar-se:
- i) por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos que resultem em destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e Serviços” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
 - ii) pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
 - iii) a não efetuar quaisquer gastos para propósitos do Contrato no território de um país que não



seja elegível para aquisições segundo as Normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 O valor do presente Contrato é de R\$ **[indicar]** de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços, e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações, treinamento, garantia, suporte técnico e quaisquer despesas inerentes ao ajuste.

5.2 As despesas decorrentes do fornecimento dos bens e serviços, objeto do presente Contrato, correrão por conta dos recursos consignados no Contrato de Empréstimo Individual nº 2245/OC-BR, conforme condições estabelecidas neste instrumento, a cargo da conta do projeto 04.129.0615.1064 – Modernização Tributária, fonte 0143 (BID), naturezas de Despesa 4.4.90.52.00, 4.4.90.39.00, 3.3.90.39.00 e 3.3.90.30.00, para o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTAMENTO

6.1 Os preços contratados para os itens relativos aos equipamentos, instalação e treinamento serão **fixos e irrevogáveis**.

6.2 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão adotados os critérios de revisão, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

6.3 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

6.3.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

6.3.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

6.3.3 Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;



d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

e) houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

6.3.4 A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT e Procuradoria Geral do Estado.

6.4 A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

6.5 As revisões e reajustes a que o contratado fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste Contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual com base no art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93, ou com o encerramento do Contrato.

6.6 No caso de prorrogação deste Contrato sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da Contratada ao recebimento da importância devida à título de reajuste ou revisão, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado por meio das seguintes parcelas:

- a) Software – 30% (trinta por cento) quando da entrega, 40% (quarenta por cento) quando concluída a instalação, 30% homologação final (trinta por cento) quando da homologação final da solução pela SEFAZ;
- b) Serviço – 30% (trinta por cento) na entrega do cronograma e insumos, 40% (quarenta por cento) quando concluída a instalação e 30% (trinta por cento) quando da homologação final.
- c) Garantia – parcelada em 60 meses
- d) Treinamento oficial – 100% após conclusão e entrega dos certificados
- e) Treinamento hands-on – 100% após conclusão do treinamento.

7.2 O pagamento das parcelas supra citadas será feito no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da certificação de que os bens/serviços foram aceitos, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura contendo a descrição dos bens/serviços, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais.

7.2.1 No caso de eventual atraso no pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para pagamento até a data de sua efetivação, calculados *pro rata die* sobre o valor da nota fiscal/fatura.



7.3 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A vigência do Contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia dos equipamentos, sendo iniciada sua contagem quando da instalação dos mesmos.

8.2 Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

- a) Os prazos de entrega dos bens [e/ou de execução dos serviços] do contrato são os previstos no Anexo II do Edital.
 - i) O prazo indicado acima, embora contado da data da assinatura do Contrato, quando se tratar de bens adquiridos no mercado externo, exclui o tempo necessário à liberação dos bens no porto e/ou aeroporto de destino.
- b) O prazo de emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Bens e Serviços é de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da entrega dos bens [e/ou execução dos serviços] no local especificado no Anexo II do edital, após verificar o atendimento das condições contratuais.
- c) O prazo de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e Serviços é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Bens e Serviços, após a realização de inspeção, comprovando a adequação dos bens aos termos contratuais e desde que não haja pendência a solucionar.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1 A **CONTRATADA** prestou garantia no valor de R\$ **[indicar]** correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na modalidade de **[indicar]**.

9.2 A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

9.3 A autorização contida na subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

9.4 A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**.

9.5 A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



9.6 A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

10.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

10.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

10.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste contrato e na Lei nº 8.666/93;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) advertência;

b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").



§ 2º Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

10.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

10.4 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

10.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;



10.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.7 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração, observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

11.2 Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas às expensas do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca da Capital, na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1 A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas do BID.

14.2 O BID reserva-se o direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da **CONTRATADA** relacionados com a execução do Contrato.



14.3 Se, de acordo com o procedimento administrativo do Banco, ficar comprovado que um funcionário da **CONTRATADA** ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco poderá declarar inelegíveis a **CONTRATADA** e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos do Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

15.2 Aplicam-se ao Contratado todas as disposições referentes às Práticas Proibidas e à incorporação do reconhecimento recíproco de sanções por parte de Instituições Financeiras Internacionais (IFI).

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DA QUANTIDADE E DOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS (sob pena de desclassificação)

Lote 1 - SOFTWARE DE BACKUP E RESTORE DE DADOS

Item	Especificação	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software	01 Conjunto			
2	Suporte e Garantia				
	Suporte	60 meses			
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços	01 Conjunto			
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial	01 Conjunto			
	Treinamento Hands-On	01 Conjunto			

LOTE 2 – SOFTWARE DE ARQUIVAMENTO DE DADOS

Item	Especificação	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software	01 Conjunto			
2	Suporte e Garantia				
	Suporte	60 meses			
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços	01 Conjunto			
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial	01 Conjunto			
	Treinamento Hands-On	01 Conjunto			



2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA AQUISIÇÃO - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. LOTE 1 – SOFTWARE DE BACKUP E RESTORE DE DADOS

2.1.1. DO OBJETO

Aquisição de solução corporativa de proteção de dados (backup/restore) baseada em software, com garantia de 60 (sessenta) meses, contemplando serviços de instalação, implantação, configuração, treinamento, repasse tecnológico e garantia.

2.1.2. LICENCIAMENTO

2.1.2.1. A solução deverá ser baseada no modelo de licenciamento de software por socket, referente ao servidor, ou, por volumetria, sendo referente ao volume total de dados da origem, contados em Terabytes (TB), segue tabela de referência;

SOCKET		
<i>Ambiente</i>	<i>QTD.</i>	<i>TOTAL</i>
Servidores Produção	32 sockets	64 sockets
Servidores Homologação	16 sockets	
Servidores Desenvolvimento	16 sockets	
VOLUMETRIA		
<i>Ambiente</i>	<i>QTD.</i>	<i>TOTAL</i>
VMware	130TB	250TB
NAS	60TB	
Oracle	60TB	

2.1.2.2. Para medição da quantidade de Terabytes licenciados, deve-se considerar a somatória da área útil (espaço em uso) de todos os discos/volumes presentes em todos os servidores que serão protegidos por backup. A somatória deste valor deve ser convertida para a unidade Terabytes;

2.1.2.3. No licenciamento da solução por volume de dados ou por sockets, entende-se que todas as funcionalidades descritas neste EDITAL estarão habilitadas e disponíveis para uso de forma total e irrestrita, na inteireza da capacidade licenciada, independentemente da quantidade ou tipo de agentes necessários, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, e, sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais funcionalidades;



- 2.1.2.4. A solução ofertada deve estar habilitada para permitir a instalação de quantos servidores de mídia e de gerencia do backup quanto forem necessários para configuração do ambiente da CONTRATANTE de acordo com as melhores práticas propostas pelo fabricante; (instalar servidor virtual);
- 2.1.2.5. Caso o espaço de armazenamento de dados a ser protegido pelo serviço de backup cresça ao ponto de superar o espaço efetivamente licenciado; o serviço de backup/restore licenciado, não poderá ser afetado com travamento ou degradação no serviço e deverá continuar com todas as funcionalidades licenciadas ativas e operacionais;
- 2.1.2.6. É admitido o envio de alertas ou mensagens informativas de que o espaço de dados com serviço de backup está acima do volume total licenciado para que a CONTRATANTE possa providenciar licenciamento adicional necessário;
- 2.1.2.7. A solução de backup deverá ser ofertada na modalidade de licenciamento perpétuo, ou seja, não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais pelo uso da solução durante e após o término do contrato;
- 2.1.2.8. A solução ofertada deverá ser a última versão disponível. Não será aceita a utilização de versões anteriores para cobrir algum item deste EDITAL;
- 2.1.2.9. A solução ofertada deverá implementar a funcionalidade LAN FREE-BACKUP em todo volume licenciado; de forma a prover a cópia e a restore de dados utilizando a infraestrutura de rede SAN.

2.1.3. ARQUITETURA E FUNCIONALIDADES GERAIS DA SOLUÇÃO

- 2.1.3.1. A solução deverá possuir um banco de dados ou catálogo interno, contendo informações sobre todos os arquivos e mídias onde os backups foram armazenados;
- 2.1.3.2. Caso a ferramenta faça uso de um software de banco de dados para armazenamento das informações, e este requeira uma licença para uso, essa licença deverá ser fornecida em conjunto com a solução de backup;
- 2.1.3.3. A solução deverá possuir arquitetura em múltiplas camadas:
 - 2.1.3.3.1. Servidor de gerencia de backup
 - 2.1.3.3.2. Servidores de mídia (movimentadores de dados);



- 2.1.3.3.3. Clientes / Agentes de backup.
- 2.1.3.4. O servidor de gerência de backup deverá ter suporte para instalação em máquinas virtuais compatível com VMware 6 ou superior;
- 2.1.3.5. O software de gerência de backup deverá ter suporte para instalação em máquinas com sistema operacional com Microsoft Windows Server 2012 R2 e superiores;
- 2.1.3.6. O servidor de mídia deverá ter suporte para instalação em máquinas virtuais compatível com VMware 6 ou superior;
- 2.1.3.7. O software de gerencia para o servidor de mídia deverá ter suporte para instalação em máquinas com sistema operacional Microsoft Windows Server 2012 R2 e superiores e Linux;
- 2.1.3.8. A arquitetura da solução deverá ser flexível e escalável, permitindo sua instalação, configuração e uso em sites remotos interligados ao site principal através de WAN. Além disso, a solução deverá prover recursos de deduplicação na origem, deduplicação no destino e compactação, tanto no site principal como nos sites remotos, na inteireza da capacidade previamente licenciada e sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais operações;
- 2.1.3.9. A solução deverá dispor de funcionalidades para proteger outros sites, assegurando que a transmissão de dados através da WAN seja minimizada, provendo tanto deduplicação quanto compressão, enquanto possibilita recuperação granular de dados;
- 2.1.3.10. A solução deverá permitir a replicação dos backups entre sites, através da WAN, provendo deduplicação, compressão e controle de banda;
- 2.1.3.11. A solução deverá prover arquitetura flexível ao ponto de que a recuperação em outro site possa ser total (com todos os dados vindos do datacenter) ou parcial (com utilização de imagem de backup no site local);
- 2.1.3.12. A solução deverá permitir operações de backup/restore através da rede SAN (Storage Area Network) – SAN based ou LAN free – e através da rede TCP/IP – LAN Based;
- 2.1.3.13. A solução deverá ser capaz de utilizar qualquer tecnologia utilizada pela solução de Armazenamento como destino dos backups, seja armazenamento diretamente anexado (DAS), armazenamento em rede NAS ou rede SAN;



- 2.1.3.14. A solução deverá permitir o controle de banda utilizada durante a operação de backup;
- 2.1.3.15. A solução ofertada deverá permitir restaurar o backup em caso de recuperação de desastres, para hardware diferente do hardware original – pelo menos para ambiente Microsoft Windows;
- 2.1.3.16. A solução deverá possuir a capacidade de verificar a integridade do conteúdo por software;
- 2.1.3.17. A solução deverá permitir o descobrimento automático das máquinas virtuais no ambiente VMware;
- 2.1.3.18. A solução deverá ter a capacidade de realizar “restore a quente” das bases de dados Oracle (32 e 64 bits) 10 e 11 em plataformas Windows (32 e 64 bits) e Linux (32 e 64 bits);
- 2.1.3.19. A solução deverá ser totalmente implementável nas seguintes plataformas de cluster: Microsoft Cluster 2008 ou superior e Oracle RAC 10g e 11g ou superior;
- 2.1.3.20. A solução deverá ser totalmente compatível com a plataforma AMD/Intel x86-x64bit;
- 2.1.3.21. A solução deverá ser capaz de realizar cópia de arquivos abertos sem que a consistência dos mesmos seja comprometida;
- 2.1.3.22. A solução deverá permitir realizar backups completos, completos sintéticos, incrementais e diferenciais;
- 2.1.3.23. Um backup completo sintético é gerado através de um backup completo tradicional (não sintetizado) anterior e de backups diferenciais subsequentes ou de um backup incremental cumulativo. O backup sintetizado deverá ser capaz de restaurar arquivos e diretórios da mesma maneira que um cliente faz a restore de um backup tradicional;
- 2.1.3.24. A solução deverá efetuar operações de backup em discos rígidos;
- 2.1.3.25. A solução deverá possuir suporte ao protocolo NDMP para backup de dispositivos conhecidos como Network Attached Storage (NAS);
- 2.1.3.26. A solução deverá permitir que as tarefas de backup/restore sejam realizadas por meio de interface gráfica;
- 2.1.3.27. A solução deverá permitir que as tarefas de backup/restore sejam realizadas por meio de scripts;



- 2.1.3.28. A solução deverá possibilitar a geração de mais de uma cópia de backup sem que haja necessidade de nova conexão com o cliente;
- 2.1.3.29. A solução deverá possuir a opção de priorização de Jobs de backup com opção de resumo da cópia caso um job de menor prioridade seja colocado em stand-by por um job de maior prioridade;
- 2.1.3.30. A solução deverá possuir a funcionalidade de paralelizar a gravação dos dados em dispositivos de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação) em um único dispositivo físico de gravação;
- 2.1.3.31. A solução deverá possuir a funcionalidade de agendamento automático de Jobs de backup, sem utilização de utilitário de agendamento dos hosts;
- 2.1.3.32. A solução deverá ser capaz de fazer backup e restore de ambientes virtualizados (servidores virtuais configurados em servidores físicos), com as seguintes características:
- 2.1.3.32.1. Implementável em no mínimo as seguintes tecnologias de virtualização: VMware vSphere 6.x ou superior e Microsoft Hyper-V 2012 R2 ou superior;
 - 2.1.3.32.2. Deve ser capaz de realizar backups de sistemas de arquivo dos servidores virtuais (VMs) sem a necessidade de instalação de agentes;
 - 2.1.3.32.3. Deverá ser capaz de realizar backup/restore de servidores virtuais Linux e Windows;
 - 2.1.3.32.4. Deverá permitir que as tarefas de backup/restore sejam realizadas via interface gráfica, sem necessidade de scripts.
- 2.1.3.33. Em caso de falha, a solução deverá ser capaz de reiniciar um backup ou um restore com opção de resume, ou seja, retomando a cópia dos dados a partir do momento da falha até a sua finalização, pelo menos para Microsoft Windows File Systems e Linux File Systems;
- 2.1.3.34. A solução deverá permitir a gravação de backups Disk-to-Disk-to-Tape;
- 2.1.3.35. Para a configuração do repositório de dados em disco (bibliotecas magnéticas), a solução de backup deverá suportar as seguintes funções:
- 2.1.3.35.1. Compartilhamento de discos através da SAN com opção de mount points dinâmicos ou estáticos;



- 2.1.3.35.2. Permitir gravação de dados de backup em compartilhamento de redes CIFS e Network File System (NFS);
- 2.1.3.35.3. Capacidade de expansão da capacidade de armazenamento de uma biblioteca magnética previamente configurada.
- 2.1.3.36. Para operações de backup gravadas em disco, a solução de backup deverá possuir as seguintes funcionalidades:
 - 2.1.3.36.1. Para um dado armazenado deve haver a possibilidade de estender a período de retenção.
- 2.1.3.37. A solução deverá possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados de forma automática através da cópia secundária se a cópia primária não estiver mais disponível;
- 2.1.3.38. A solução deverá permitir que Logical Unit Numbers (LUNs) sejam apresentadas aos servidores da camada de mídia como destino para realização de backups;
- 2.1.3.39. A solução deverá permitir realizar backup de Servidores de arquivos no formato eternamente incremental, realizando somente a leitura dos metadados presentes no Sistema de Arquivos evitando assim a leitura completa dos arquivos existentes no servidor. Após a realização de cada backup, este deve ser automaticamente sintetizado para que seja gerada a visão FULL de restore;
- 2.1.3.40. Os agentes da solução deverão realizar backup/restore nos seguintes sistemas operacionais, aplicações, banco de dados e ambientes de virtualização, nas plataformas Intel/AMD x86-64 bit:
 - 2.1.3.40.1. Microsoft Windows Server 2008;
 - 2.1.3.40.2. Microsoft Windows Server 2008 R2;
 - 2.1.3.40.3. Microsoft Windows Server 2012;
 - 2.1.3.40.4. Microsoft Windows Server 2012 R2 ou superior;
 - 2.1.3.40.5. Red Hat Enterprise Linux 6.x;
 - 2.1.3.40.6. Red Hat Enterprise Linux 7.x ou superior;
 - 2.1.3.40.7. Microsoft SQL Server 2008;



- 2.1.3.40.8. Microsoft SQL Server 2008 R2;
 - 2.1.3.40.9. Microsoft SQL Server 2012;
 - 2.1.3.40.10. Microsoft SQL Server 2012 R2 ou superior;
 - 2.1.3.40.11. Microsoft Exchange Server 2010;
 - 2.1.3.40.12. Microsoft Exchange Server 2013 ou superior;
 - 2.1.3.40.13. Microsoft Sharepoint Server 2010;
 - 2.1.3.40.14. Microsoft Sharepoint Server 2013 ou superior;
 - 2.1.3.40.15. Oracle 11g ou superior (em Linux);
 - 2.1.3.40.16. Oracle RAC 11g (em Linux) ou superior;
 - 2.1.3.40.17. VMware vSphere 6.x ou superior;
 - 2.1.3.40.18. Microsoft Hyper-V 2008 R2;
 - 2.1.3.40.19. Microsoft Hyper-V 2012 ou superior.
- 2.1.3.41. Caso a solução de backup necessite ser instalado em um servidor físico, a CONTRATADA deverá entregar o servidor compatível com instalação em rack, tamanho máximo de 1U, fontes redundantes e que suporte o gerenciamento de toda a solução de backup. A solução deverá ter a capacidade de ingestão de, no mínimo, de 8,78TB/h (oito vírgula setenta e oito terabytes por hora) de dados efetivamente transferidos em leitura e escrita sem desduplicação, compressão dos dados ou recurso similar. A solução deverá ter a capacidade de ingestão de, no mínimo, de 21TB/h (vinte e um terabytes por hora) de dados efetivamente transferidos de leitura e escrita considerando desduplicação na origem e destino.

2.1.4. CONSOLE DE GERENCIAMENTO

- 2.1.4.1. A solução deverá prover acesso à interface de gerenciamento via GUI e CLI;
- 2.1.4.2. A solução deverá permitir gerenciamento centralizado ou distribuído, permitindo que cada célula de gerenciamento possa agendar, iniciar e monitorar as sessões de sua própria unidade;



- 2.1.4.3. A solução deverá possuir administração centralizada de diversos gerenciadores de mídias;
- 2.1.4.4. A solução deverá prover monitoramento via interface gráfica e em tempo real dos jobs sendo executados, incluindo visão de nível hierárquico dos jobs;
- 2.1.4.5. A solução deverá, a partir de uma única interface, ser capaz de gerenciar e executar operações de backup/restauração dos sistemas operacionais Windows, e Linux; ambientes de virtualização VMware e Hyper-V; aplicações Microsoft Exchange Server, Microsoft SharePoint Server, Microsoft Active Directory e banco de dados Microsoft SQL Server, Oracle (em Linux) e Oracle RAC (em Linux);
- 2.1.4.6. A solução deverá fornecer acesso administrativo ao console do servidor de gerenciamento de backup deverá ser feito através de ferramenta disponibilizada no próprio software (console gráfico) ou através de navegador web;
- 2.1.4.7. A solução de backup deverá implementar criptografia de dados na origem (cliente de backup), de uma forma que seja garantido que o dado que trafegará na rede local ou na rede WAN seja criptografado;
- 2.1.4.8. O console de gerenciamento, caso não web, deverá ser compatível com o sistema operacional Windows 7 e superiores ou Windows server 2012 R2 e superiores.

2.1.5. ALTA DISPONIBILIDADE E RECUPERAÇÃO DE DESASTRE

- 2.1.5.1. A solução deverá implementar configuração de servidores em cluster para promover alta disponibilidade dos serviços de gerenciamento;
- 2.1.5.2. A solução deverá ser capaz de realizar backup online automático do catálogo;
- 2.1.5.3. A base de dados para armazenamento do catálogo deverá possuir funcionalidades de recuperação rápida em caso de desastre, fornecido por ferramentas especificamente desenhadas para esta função;
- 2.1.5.4. A solução deverá permitir a replicação do catálogo interno em tempo real ou de forma assíncrona, para o caso de recuperação de desastre;



- 2.1.5.5. A solução deverá permitir a criação de imagens de servidores físicos e virtuais, Linux e Windows, para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como Bare Metal Restore), sem a utilização de software de terceiros;
- 2.1.5.6. A solução deverá permitir realizar o restore das imagens em máquinas com hardware diferente do original ou em ambiente virtual.

2.1.6. CRIPTOGRAFIA

- 2.1.6.1. A solução deverá implementar criptografia de dados na origem (cliente de backup), de uma forma que seja garantido que o dado que trafegará na rede local ou na rede WAN seja criptografado;
- 2.1.6.2. A solução deverá implementar criptografia de dados no destino do backup, de uma forma que seja garantido que os dados sejam criptografados;
- 2.1.6.3. A solução deverá implementar criptografia de dados utilizando os algoritmos mais comuns de mercado, que utilizem chaves de, pelo menos, 192 (cento e noventa e dois) bits.

2.1.7. DESDUPLICAÇÃO

- 2.1.7.1. A solução deverá permitir o uso da tecnologia de Desduplicação de dados para toda a capacidade licenciada, eliminando blocos repetidos, para backups em discos e movimentação de dados desduplicados, independente de quantitativo de dispositivos de armazenamento que compõem a infraestrutura da CONTRATANTE;
- 2.1.7.2. A solução deverá implementar desduplicação a nível de blocos, não sendo aceita a técnica de Single-Instance Storage;
- 2.1.7.3. A solução deverá implementar desduplicação de blocos na origem (client-side deduplication), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup full;
- 2.1.7.4. A solução deverá implementar desduplicação de dados nos Servidores de Armazenamento (target deduplication), de forma que tais servidores tratem adequadamente blocos



repetidos enviados pelos clientes, evitando assim o armazenamento de blocos redundantes;

- 2.1.7.5. A solução deverá implementar desduplicação de dados global, efetuando o backup de determinado arquivo apenas uma vez, independente do site e ou localidade originários. Não é obrigatório que a desduplicação global ocorra em uma única área de armazenamento;
- 2.1.7.6. A solução deverá implementar desduplicação de dados em jobs de backup;
- 2.1.7.7. A solução deverá implementar desduplicação e compressão em um mesmo job;
- 2.1.7.8. A solução deverá permitir ativar o recurso de desduplicação em volumes apresentados via *SAN, DAS, iSCSI* para servidores *Windows, Linux*;
- 2.1.7.9. A solução deverá permitir criptografar os dados armazenados de forma desduplicada;
- 2.1.7.10. A solução deverá permitir que, depois de um backup full inicial, os backups subsequentes sejam feitos apenas através do envio das diferenças desduplicadas e que esses backups sejam consolidados como se fossem um backup full com a última data de envio;
- 2.1.7.11. A solução deverá permitir o restore granular de arquivos ou sistemas de arquivos a partir de backups em disco ou fita. Em caso de backup armazenado em disco o restore granular poderá ser feita utilizando-se backups que possam estar desduplicados;
- 2.1.7.12. Deverá prover a desduplicação e compressão das máquinas virtuais diretamente e durante a operação de backup.

2.1.8. INTEGRAÇÃO COM MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY

- 2.1.8.1. A solução deverá executar backup e restore do Microsoft Active Directory 2003 e superiores com as seguintes características:
 - 2.1.8.1.1. Deverá permitir backup online do Microsoft Active Directory;
 - 2.1.8.1.2. Deverá permitir restore completo do Microsoft Active Directory;
 - 2.1.8.1.3. Deverá permitir restore granular do Microsoft Active Directory com as seguintes opções, sem a necessidade de efetuar um restore completo da floresta ou da árvore de informações:



- 2.1.8.1.3.1. Recuperação de um objeto;
- 2.1.8.1.3.2. Recuperação de um atributo;
- 2.1.8.1.3.3. Recuperação de um atributo de um objeto excluído.

2.1.9. INTEGRAÇÃO COM MICROSOFT EXCHANGE SERVER

2.1.9.1. A solução deverá executar backup e restore do Microsoft Exchange Server 2010 e superiores com as seguintes características:

- 2.1.9.1.1. Suportar backup online da base de dados do Microsoft Exchange;
- 2.1.9.1.2. Executar backup e restore das bases de dados Microsoft Exchange;
- 2.1.9.1.3. Executar backup e restore granular de mensagens, itens de calendário, anotações e contatos do Microsoft Exchange;
- 2.1.9.1.4. Executar backup e restore de ambientes Microsoft Exchange clusterizados (Fully Clustered DAG) para servidores ativos;
- 2.1.9.1.5. Deverá implementar as tecnologias de deduplicação de dados em ambientes Exchange clusterizados (Fully Clustered DAG) para servidores ativos e passivos;
- 2.1.9.1.6. Permitir fazer backup através do nó passivo quando configurado em modo de DAG.

2.1.10. INTEGRAÇÃO COM ORACLE E ORACLE RAC

2.1.10.1. A solução deverá executar backup e restore do Oracle e Oracle RAC 11g e superiores com as seguintes características nativas sem a necessidade de criação de scripts:

- 2.1.10.1.1. Executar backup e restore das bases de dados do Oracle/Oracle RAC via RMAN e sem parada do banco;
- 2.1.10.1.2. Executar backup de archive log possibilitando a criação de rotina de backup para que ocorra com intervalos configuráveis pelo administrador;
- 2.1.10.1.3. Descobrir automaticamente instâncias Oracle por meio de consultas periódicas aos clientes de banco de dados;



2.1.10.1.4. A funcionalidade de descoberta automática de instancias deverá ser capaz de gerar os scripts RMAN no momento de execução do backup.

2.1.10.2. A solução deverá possibilitar a recuperação com as seguintes características:

2.1.10.2.1. Recuperação completa da base de dados no mesmo servidor;

2.1.10.2.2. Recuperação completa da base de dados em outro servidor;

2.1.10.2.3. Recuperação completa de um datafile específico;

2.1.10.2.4. Recuperação granular no nível de tabela;

2.1.10.2.5. Recuperação em um momento do tempo específico.

2.1.11. INTEGRAÇÃO COM MICROSOFT SQL SERVER

2.1.11.1. A solução deverá executar backup e restore do Microsoft SQL Server 2008 e superiores com as seguintes características nativas em a necessidade de criação de scripts:

2.1.11.1.1. Executar backup e restore das bases de dados do Microsoft SQL Server sem parada do banco;

2.1.11.1.2. Executar backup de Transaction Log possibilitando a criação de rotina de backup para que ocorra com intervalos configuráveis pelo administrador.

2.1.11.2. A solução deverá possibilitar a recuperação com as seguintes características:

2.1.11.2.1. Recuperação completa da base de dados no mesmo servidor;

2.1.11.2.2. Recuperação completa da base de dados em outro servidor;

2.1.11.2.3. Recuperação de uma base específica;

2.1.11.2.4. Recuperação granular no nível de tabela;

2.1.11.2.5. Recuperação em um momento do tempo específico.

2.1.12. INTEGRAÇÃO COM AMBIENTES VIRTUALIZADOS

2.1.12.1. A solução deverá permitir executar backup e restore de ambientes virtualizados (VMware e Hyper-V) com as seguintes características:



- 2.1.12.1.1. Realizar restore da imagem completa da máquina virtual (ambientes VMware e Hyper-V) e também de arquivos de maneira granular sem a necessidade de scripts, área temporária ou montagem dos arquivos vmdk ou vhd;
- 2.1.12.1.2. Deverá permitir a seleção automática de máquinas virtuais por meio de consultas personalizadas ao vCenter;
- 2.1.12.1.3. Deverá permitir descobrimento automático das máquinas virtuais nos ambientes VMware;
- 2.1.12.1.4. Deverá ser capaz de realizar backups de sistemas de arquivo de máquinas sem a necessidade de instalação de agentes;
- 2.1.12.1.5. Permitir operações de restore granular de arquivos e diretórios diretamente nos servidores virtuais, sem necessidade de instalação de agentes;
- 2.1.12.1.6. Permitir o balanceamento de carga automático dos backups através de múltiplos backups hosts;
- 2.1.12.1.7. Permitir a visualização, monitoração e recuperação de máquinas virtuais através de plug-in integrado ao vCenter ou vSphere Web Client;
- 2.1.12.1.8. Permitir movimentação dos dados de backup e restore através de SAN e ou LAN utilizando os métodos SAN-Transport, NBD ou Hotadd;
- 2.1.12.1.9. Permitir realizar backup de máquinas virtuais em estado online ou off-line;
- 2.1.12.1.10. Permitir backup de ambientes configurados com Cluster Shared Volumes;
- 2.1.12.1.11. Permitir redirecionar a restauração de uma máquina virtual para uma pasta alternativa, outro datastore, host ou rede;
- 2.1.12.1.12. Incluir automaticamente máquinas virtuais novas criadas dentro de seleções de backup anteriores;
- 2.1.12.1.13. Permitir o backup Full, Incremental e Sintético para as máquinas virtuais;
- 2.1.12.1.14. Deverá ser capaz de realizar backups/restore de máquinas virtuais Linux e Windows;
- 2.1.12.1.15. Suportar a funcionalidade CBT (Change Block Tracking) da VMware para as operações de backup;



- 2.1.12.1.16. A solução deverá possuir a funcionalidade de aceleração do processo de backup, eliminando o “escaneamento” completo do servidor para identificar os arquivos alterados. Essa funcionalidade deve ser compatível com os sistemas operacionais:
 - 2.1.12.1.16.1. Microsoft Windows Server 2008 R2 e superiores;
 - 2.1.12.1.16.2. Red Hat Enterprise Linux 6.x e superiores;
 - 2.1.12.1.16.3. Oracle Linux versões 6 e superiores;
- 2.1.12.1.17. Suportar integração com VMware através de VADP/vStorage API;
- 2.1.12.1.18. Deverá permitir que as tarefas de backup/recovery sejam realizadas via interface gráfica, sem a necessidade de scripts;
- 2.1.12.1.19. O backup das máquinas virtuais deverá ser armazenado de maneira deduplicada;
- 2.1.12.1.20. Deverá permitir iniciar a execução de uma máquina virtual diretamente a partir do seu arquivo de backup, sem a necessidade de esperar o término do processo de restauração;
- 2.1.12.1.21. Deverá suportar, pelo menos, 40 (quarenta) jobs simultâneos para backup de máquinas virtuais.

2.1.13. RELATÓRIOS

- 2.1.13.1. Deverá permitir acesso aos relatórios via Web;
- 2.1.13.2. Deverá permitir emitir relatórios de backup, incluindo relatórios avançados, com longo período de retenção da informação, customizáveis e com apresentação de gráficos, devendo:
 - 2.1.13.2.1. Exportar os relatórios para formato HTML ou outro formato portátil de visualização amigável;
 - 2.1.13.2.2. Permitir identificar tendências de crescimento a partir da coleta de dados históricos;
 - 2.1.13.2.3. Permitir enviar relatórios para e-mail de forma automática, de acordo com o agendamento configurado;



2.1.13.3. Possuir mecanismo de auditoria, permitindo a emissão de relatórios onde constem, no mínimo, as seguintes informações:

2.1.13.3.1. Data e hora da operação, usuário que realizou a operação, ação realizada (em caso de modificação de configurações, informar qual a configuração anterior e a modificação realizada);

2.1.13.4. Auditoria e controle de acesso devem ser funcionais para operações realizadas via interface gráfica e linha de comando;

2.1.13.5. Deve possibilitar o agendamento de geração de relatório periódico e que o relatório seja exportado automaticamente para no mínimo dois destinos: e-mail, compartilhamento, FTP ou SCP.

2.1.14. GARANTIA

2.1.14.1. 60 (sessenta) meses.

2.1.15. TREINAMENTO

2.1.15.1. O treinamento deverá ser ofertado antes do início dos trabalhos de instalação, configuração da solução ofertada; de forma que os analistas da equipe da SUREP (SEFAZ-ES) possam acompanhar todo o trabalho de implantação da solução com o embasamento técnico necessário para entender as atividades a serem executadas pela CONTRATADA;

2.1.15.2. Deverá ser ofertado treinamento oficial de todos os componentes da solução ofertada para 04 (quatro) funcionários da equipe da SUREP (SEFAZ-ES);

2.1.15.3. A grade total de treinamento não poderá ser inferior a 40 (quarenta) horas e deverá cobrir a administração básica e avançada da solução ofertada;

2.1.15.4. O treinamento deverá explicar conteúdo suficiente para a plena utilização dos produtos ofertados para a solução, devendo ser um curso de currículo oficial do fabricante, mesmo que extraordinariamente complementado pela cobertura das funcionalidades específicas destes produtos, bem como as características técnicas utilizadas para o desenho de toda a solução utilizada neste projeto, incluindo técnicas de resolução de problemas;



- 2.1.15.5. Caso o conteúdo exigido não seja coberto por um único treinamento oficial, podem ser realizados tantos treinamentos oficiais quantos sejam necessários para que seja feito integralmente o repasse do conteúdo exigido, desde que obedecidos os mesmos prazos e condições estipulados neste documento;
- 2.1.15.6. O treinamento deve ser realizado em horário comercial, de segunda a sexta-feira;
- 2.1.15.7. O treinamento deve ser ministrado por instrutores capacitados e possuidores de certificação emitida pelo fabricante da solução, bem como a instituição que realizará o treinamento deve possuir certificação de capacitação fornecida pelo fabricante específica para execução de treinamentos;
- 2.1.15.8. Deve ser agendado a critério da SEFAZ, com antecedência de 60 dias consecutivos para o perfeito planejamento junto ao centro autorizado. Após o agendamento, o treinamento deve ser iniciado em até 60 (sessenta) dias consecutivos;
- 2.1.15.9. A SEFAZ se reserva o direito de indicar, em cada solicitação de treinamento, o número de 01 (um) até 04 (quatro) participantes, sendo que a soma de todos os participantes não ultrapassará o total de 04 (quatro);
- 2.1.15.10. O treinamento pode ser ministrado na Região da Grande Vitória ou em outras localidades;
- 2.1.15.11. O treinamento deverá ser preferencialmente ministrado na Região da Grande Vitória. Caso o treinamento seja ministrado fora da Grande Vitória, todas as despesas referentes a transporte e hospedagem dos funcionários da equipe da SUREP (SEFAZ-ES) serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 2.1.15.12. Na hipótese de os treinamentos ocorrerem fora da Região Metropolitana da Grande Vitória, as diárias serão pagas aos treinados pela SEFAZ, nos valores previstos no Decreto n.º 3328-R, de 17 de junho de 2013, publicado no DOES em 18 de junho de 2013, acrescido do adicional de 20% (vinte por cento) correspondente à ajuda de custo para deslocamento, conforme previsão do Decreto Estadual n.º 1282-R, de 12 de fevereiro de 2004, publicado no DOES em 13 de fevereiro de 2004. A contratada emitirá fatura pelo treinamento segundo o valor proposto na licitação, descontados os valores repassados diretamente pela SEFAZ aos treinados a título de diária e ajuda de custo;



- 2.1.15.13. O licitante vencedor deve se responsabilizar em fornecer, sem custo adicional para a SEFAZ, material didático impresso na língua portuguesa (Brasil) ou língua inglesa a todos participantes para acompanhamento do treinamento;
- 2.1.15.14. Ao final do treinamento deve ser emitido e entregue a cada aluno certificado oficial de participação, emitido pelo próprio fabricante;
- 2.1.15.15. A entrega dos certificados oficiais de participação é condição necessária ao pagamento do treinamento.

2.1.16. SERVIÇOS

- 2.1.16.1. Antes da execução dos serviços de implantação da solução proposta, deverá ser realizada uma reunião com a presença dos arquitetos da solução do fornecedor, os analistas da SEFAZ envolvidos no projeto e a equipe do Escritório de TI da GETEC / SEFAZ, para elaboração do plano do projeto para a implantação da solução, de forma a seguir as boas práticas de gerenciamento de projetos, incluindo:
- 2.1.16.1.1. Estudos de viabilidade, configuração, instalação;
 - 2.1.16.1.2. Detalhamento das atividades;
 - 2.1.16.1.3. Escopo;
 - 2.1.16.1.4. Cronograma;
 - 2.1.16.1.5. Recursos;
 - 2.1.16.1.6. Análise de riscos e impacto;
 - 2.1.16.1.7. Plano de contingências;
 - 2.1.16.1.8. Marcos do projeto;
 - 2.1.16.1.9. Reuniões de acompanhamento, entre outros;
 - 2.1.16.1.10. Documentação necessária.



- 2.1.16.2. Serão definidos nessa fase todos os detalhes operacionais envolvidos na execução dos serviços, como: levantamento e análise do ambiente atual da SEFAZ, os colaboradores envolvidos no processo, os horários de execução dos serviços, as adequações necessárias para a implantação do novo ambiente, o plano de contingência em caso de desastre, entre outros;
- 2.1.16.3. Ao final da fase de planejamento o licitante vencedor deverá apresentar um cronograma com descrição e duração estimada de todas as ações;
- 2.1.16.4. Documentação *As-Built* de todo o projeto.
- 2.1.16.5. O projeto de instalação da solução de proteção de dados deverá contemplar, no mínimo:
- 2.1.16.5.1. Ter profissionais habilitados a implantar todos os componentes da solução ofertada;
 - 2.1.16.5.2. Proposta de configuração da nova solução, seguindo as melhores práticas de mercado e recomendações do fabricante;
 - 2.1.16.5.3. Estratégia de backup via NDMP (para dispositivos NAS);
 - 2.1.16.5.4. Estratégia de backup pelas redes SAN, iSCSI e Ethernet;
 - 2.1.16.5.5. Estratégia de backup utilizando a tecnologia Lan-Free Backup;
 - 2.1.16.5.6. Estratégia de backup de máquinas virtuais (VMware);
 - 2.1.16.5.7. Estratégia de backup de servidores físicos;
 - 2.1.16.5.8. Estratégia de backup de servidores Oracle;
 - 2.1.16.5.9. Estratégia de instalação do servidor, e, implantação dos agentes e clientes;
 - 2.1.16.5.10. Redesenho das políticas de backup / restore e políticas de retenção de backups.
- 2.1.16.6. A CONTRATANTE se responsabilizará por manter o ambiente que sofrerá intervenção com a última cópia de segurança completa (backup full), realizada e válida;
- 2.1.16.7. A CONTRATANTE se responsabilizará por fornecer todos os dados relativos ao ambiente que passará pela readequação da ferramenta de solução de backup e implantação da ferramenta de arquivamento de dados;



- 2.1.16.8. Todo o trabalho de instalação, configuração e migração do atual ambiente de backup, será realizado nas dependências da SEFAZ;
- 2.1.16.9. A instalação, configuração e migração serão precedidas de uma análise do ambiente atual da SEFAZ;
- 2.1.16.10. Os serviços que impliquem em parada dos servidores ou reconfiguração dos mesmos somente poderão ser executados em horários previamente acordados com a área de TI do local de instalação;
- 2.1.16.11. Deverão ser efetuados testes de restauração de arquivos, escolhidos de forma aleatória, em cada uma das mídias convertidas;
- 2.1.16.12. A instalação deverá levar em consideração a finalidade de uso de cada um dos componentes da solução, inclusive quanto aos aspectos de redundância e alta disponibilidade exigidos;
- 2.1.16.13. Deverão ser configurados os itens de restrições de acesso para usuários e administradores, alertas e políticas para monitoramento e gerenciamento da solução, com configurações básicas e avançadas que possibilitem a entrada do novo ambiente em produção;
- 2.1.16.14. A CONTRATADA deve atuar junto com a equipe da SEFAZ identificando melhorias e erros de modo a poderem ser mitigados através de recursos da própria ferramenta;
- 2.1.16.15. A CONTRATADA deve propor melhorias, customizações, atuando em caso de problemas encontrados;
- 2.1.16.16. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores, equipamentos e rede elétrica, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a equipe da SEFAZ;
- 2.1.16.17. Durante as fases de instalação, configuração e migração a CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento das atividades por parte dos analistas da SEFAZ, em todos os passos da execução dos serviços, além de fornecer a descrição da topologia proposta, com destaque para o uso dos recursos;
- 2.1.16.18. Ao final da instalação deverá ser entregue, em mídia digital, documentação formal de todas as configurações, procedimentos e definições utilizados no projeto, instalação e



ativação do conjunto, com detalhamento suficiente que permita aos analistas da SEFAZ reproduzir as ações documentadas;

2.1.16.19. Ao término dos serviços de instalação e configuração deverão ser realizados testes que certifiquem que o ambiente da SEFAZ está configurado de acordo com as recomendações e melhores práticas do fabricante da solução e que o mesmo está apto a suportar toda a demanda levantada, em alta disponibilidade e continuidade que serão implementados sob essa plataforma. Além disso, a solução implementada deverá passar por um período de homologação com acompanhamento técnico feito pela CONTRATADA de pelo menos 30 (dias) dias úteis.

2.1.17. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

2.1.17.1. O prazo de garantia do fabricante será de 60 (sessenta) meses, incluindo atualizações de software, com suporte do fabricante mediante sistema Web e telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, com tempo de atendimento de até 2 (duas) horas a partir da abertura do chamado e sua solução definitiva de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo casos em que seja comprovada a existência de bug no produto;

2.1.17.2. O fabricante deverá disponibilizar uma central telefônica para abertura de chamados técnicos através de ligação gratuita para suporte e atendimento técnico, bem como possuir site na internet, com a disponibilização de todas as atualizações existentes, relativas ao produto ofertado;

2.1.17.3. O fabricante deverá fornecer suporte técnico local e/ou remoto e em língua Portuguesa (Brasil);

2.1.17.4. Define-se, para este item, serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico, ferramenta on-line e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.17.5. Atualização de versão é o direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do site na Web;



- 2.1.17.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam solicitar diretamente ao fabricante as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;
- 2.1.17.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam solicitar diretamente ao fabricante a abertura de chamados técnicos;
- 2.1.17.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam verificar todos chamados abertos ao fabricante;
- 2.1.17.9. Na ocorrência de quaisquer eventuais problemas do software, a equipe técnica da CONTRATADA deverá entrar em contato com o fabricante para a resolução dos eventuais problemas, bem como o acompanhamento até a sua efetiva resolução;
- 2.1.17.10. Após a entrega dos equipamentos, a Contratada apresentará documento, fornecido pelo fabricante dos mesmos, que comprova a contratação da garantia com o nível de serviço (ou SLA - Service Level Agreement) requerido no edital (atendimento 24x7, com tempo de solução em 2h) e onde consta número de série, licenças e a data de início e término da garantia;
- 2.1.17.11. Os chamados de suporte técnico podem ser abertos com o proponente e com o suporte técnico do fabricante a critério da SEFAZ-ES;
- 2.1.17.12. Os chamados de severidade baixa, ou seja, aqueles que não afetam o desempenho da solução ou funcionalidades que não sejam de suma importância, devem possuir um tempo de resposta máximo de 8h (oito horas) para diagnóstico, o mesmo deverá ser realizado por e-mail;
- 2.1.17.13. Os chamados de severidade média, ou seja, aqueles que influenciam negativamente no funcionamento de alguns dos seus serviços, mas sem torná-la totalmente inoperante, devem possuir um tempo de resposta máxima de 4h (quatro horas) para diagnóstico, o mesmo deverá ser realizado On-Site;
- 2.1.17.14. Os chamados de severidade crítica, ou seja, aqueles relacionados a impactos de alta relevância que impedem a operação da solução, devem possuir um tempo de resposta máximo de 02h (duas horas) para diagnóstico.



Nível de Severidade	Descrição	E-mail ou 0800
Alto	Serviço completamente indisponível	02 horas
Médio	Serviço operando parcialmente	04 horas
Baixo	Serviço com degradação de desempenho ou funcionalidade	08 horas
Normal	Aplicação de patches, hotfixes e firmware	08 horas

2.1.18. DEVERES DA CONTRATADA

- 2.1.18.1. Alocar para este projeto, no mínimo, 01 (um) profissional certificado como Project Management Professional (PMP) que será o Gerente do Projeto;
- 2.1.18.2. Apresentar profissional (ou profissionais) com certificação técnica emitida pelo fabricante ou instituto autorizado pelo respectivo fabricante da solução, indicando sua habilitação técnica na tecnologia ofertada. Este profissional (ou profissionais) devem executar “in loco” os serviços especificados e prestar o suporte e o atendimento em garantia dos produtos;
- 2.1.18.3. Executar o objeto nas condições especificadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo;
- 2.1.18.4. Desenvolver os serviços sempre em regime de entendimento com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo;
- 2.1.18.5. Prestar os serviços sempre por intermédio do responsável legal ou por técnicos qualificados, devendo responder perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, por todos os ônus, encargos, perdas e danos porventura resultantes da execução do objeto;
- 2.1.18.6. Adicionalmente, na proposta, o arrematante obrigatoriamente deverá detalhar a marca, o modelo, e a decomposição dos preços para cada parte significativa do equipamento ofertado para o LOTE 1 – SOFTWARE DE BACKUP E RESTORE DE DADOS, detalhando código (part number), descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total de cada componente. A tabela a seguir exemplifica como o proponente deverá detalhar a composição dos equipamentos:



Item	Especificação	Marca/Modelo.	Quant.	Valor Unitário Máximo Admitido (R\$)	Valor Total Máximo Admitido (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software		1		
2	Suporte e Garantia				
	Suporte		60 meses		
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços		1 Conjunto		
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial		1 Conjunto		
	Treinamento Hands-On		1 Conjunto		

2.1.19. TREINAMENTO HANDS-ON IN-LOCO

- 2.1.19.1. Ao final dos serviços deve ser oferecido um treinamento “in loco” para repasse tecnológico de conhecimento de todo o ambiente implantado, para 04 (quatro) funcionários da SUREP (SEFAZ-ES), com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas;
- 2.1.19.2. Deve ser conduzido por profissional, possuidor de certificação emitida pelo fabricante da solução, que detenha todas as condições técnicas (teóricas e práticas) necessárias. O responsável pelo treinamento “in loco” deve preferencialmente ser o mesmo profissional que participou das fases de elaboração de projeto e implantação da solução, e somente será aceita a sua substituição em casos excepcionais e com a concordância da SUREP (SEFAZ-ES);
- 2.1.19.3. Deve ser realizado nas dependências físicas da SEFAZ-ES entre 09h e 18h, de segunda à sexta-feira;
- 2.1.19.4. Deve contemplar a apresentação da implantação, explanando a topologia adotada e os equipamentos envolvidos;
- 2.1.19.5. Deve abordar todas as funcionalidades envolvidas no projeto da nova solução;



2.1.19.6. Deve capacitar os alunos a executarem tarefas rotineiras de configuração, operação, suporte, manutenção e monitoramento da solução adquirida.

2.1.20. ENTREGA

2.1.20.1. As licenças de software deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias após emissão da ordem de fornecimento da SEFAZ.

2.1.21. MODELO DE PLANILHA DE ATENDIMENTO DE REQUISITO

2.1.21.1. O atendimento a todos os itens deve ser comprovado através de documentação oficial do fabricante da solução, que deverá ser anexada à proposta comercial ajustada. A instituição poderá realizar diligência junto ao fabricante para comprovar a autenticidade da documentação. A localização da comprovação na (s) página (s) deverá ser clara e precisa. O não atendimento destes requisitos implicará na desclassificação da proposta:

Item	Documento	Página	Localização



2.2. LOTE 2 – SOFTWARE DE ARQUIVAMENTO DE DADOS

2.2.1. DO OBJETO

Aquisição de solução corporativa de proteção de dados (arquivamento) baseada em software, com garantia de 60 (sessenta) meses, contemplando serviços de instalação, implantação, configuração, treinamento, repasse tecnológico e garantia.

2.2.2. LICENCIAMENTO

2.2.2.1. A solução deverá ser baseada no modelo de licenciamento de software por sockets, referente ao servidor ou por volumetria, sendo referente ao volume total de dados da origem, contados em Terabytes (TB), segue tabela de referência;

SOCKET		
<i>Ambiente</i>	<i>QTD.</i>	<i>TOTAL</i>
Servidores Produção	32 sockets	32 sockets
VOLUMETRIA		
<i>Ambiente</i>	<i>QTD.</i>	<i>TOTAL</i>
Servidores de Arquivos	14TB	75TB
NAS	60TB	
Email	1TB	

2.2.2.2. Para medição da quantidade de Terabytes licenciados para arquivamento, deve-se considerar a somatória da área arquivada em disco de todos os servidores configurados na solução, na origem. A somatória deste valor deve ser convertida para a unidade Terabytes;

2.2.2.3. O licenciamento deve permitir a proteção de quantidade ilimitada de clientes;

2.2.2.4. Deve estar licenciada, por meio de concessão perpétua para a CONTRATANTE;

2.2.2.5. A solução deve possuir módulo de gerenciamento de licenciamento que permita a visualização, no formato de relatórios, das licenças adquiridas, licenças em uso, licenças permanentes e licenças temporárias;

2.2.2.6. As seguintes funcionalidades devem possuir licenciamento ilimitado dentro de pacotes de capacidade:



- 2.2.2.6.1. Todos os tipos de sistemas operacionais, aplicações e sistemas de arquivos mencionados nesta especificação;
- 2.2.2.6.2. Agentes de arquivamento;
- 2.2.2.6.3. Repositórios de arquivamento desduplicados;
- 2.2.2.6.4. Movimentação dos dados arquivados entre diferentes repositórios.

2.2.3. ARQUITETURA E FUNCIONALIDADES GERAIS DA SOLUÇÃO

- 2.2.3.1. Permite a realização de operação de arquivamento e restore para, no mínimo os seguintes clientes:
 - 2.2.3.1.1. Microsoft Windows 7, 8 e 10;
 - 2.2.3.1.2. Microsoft Windows Server 2008 e 2008 R2, 32-bit e x64;
 - 2.2.3.1.3. Microsoft Windows Server 2012 e 2012 R2;
 - 2.2.3.1.4. Microsoft Windows Server 2016;
 - 2.2.3.1.5. Oracle Linux versões 5, 6 e 7;
 - 2.2.3.1.6. Red Hat Enterprise Linux versões 5, 6 e 7;
 - 2.2.3.1.7. NAS com compartilhamento CIFS.
- 2.2.3.2. A solução deve permitir implantar uma estratégia de gerência de dados que atinja toda a empresa/organização. As funcionalidades que deverão ser incluídas são:
 - 2.2.3.2.1. Migração de dados e gerenciamento hierárquico de armazenamento;
 - 2.2.3.2.2. Arquivamento atendendo as normas de regulamentação/compliance;
 - 2.2.3.2.3. Gerência de recursos de armazenamento;
 - 2.2.3.2.4. Monitoramento e gerência de nível de serviço.
- 2.2.3.3. A solução deve permitir a adição de novos servidores e clientes de arquivamento sem interrupção das operações que estão em execução;
- 2.2.3.4. A solução deve contar com um mecanismo de reconstrução de banco de dados de catálogo e índices, de modo a haver uma estratégia contra corrupção de dados;



- 2.2.3.5. A solução deve implementar configuração de servidores em cluster para promover alta disponibilidade dos servidores de gerenciamento;
- 2.2.3.6. A solução deve implementar o arquivamento de dados pouco acessados de um servidor para a camada de armazenamento secundário, assim reduzindo o tamanho do armazenamento primário;
- 2.2.3.7. A solução de arquivamento deve operar nos seguintes tipos de dados, protocolos e sistemas de arquivos:
 - 2.2.3.7.1. Microsoft Exchange 2010 ou superior;
 - 2.2.3.7.2. Microsoft File Server 2008 ou superior;
 - 2.2.3.7.3. Microsoft NTFS.
- 2.2.3.8. A solução deve implementar uma estratégia de arquivamento ativa em multicamadas. Por exemplo, permitir que dados ou mensagens arquivados movam-se através dos dispositivos de armazenamento, de maneira automatizada por políticas que levam em conta os prazos de retenção – curto, médio, longo – e, transparentemente, permitir acesso a estes dados ou mensagens pelos usuários em uma operação simples e única;
- 2.2.3.9. A solução deve ser capaz de realizar a movimentação dos dados para sites remotos ou nuvem, permitindo ainda que o restore dos dados ou o recall dos itens arquivados seja feito por meio das cópias armazenadas remotamente de forma transparente para o usuário final;
- 2.2.3.10. A solução deve permitir ao administrador definir filtros de exclusão (mensagens, arquivos e pastas) para uma operação de arquivamento;
- 2.2.3.11. A solução deve fornecer para os usuários acesso transparente aos dados arquivados;
- 2.2.3.12. A solução deve possuir um sistema de agendamento que permita a automação das operações periódicas de arquivamento;
- 2.2.3.13. A solução deve suportar single sign on (SSO), permitindo a integração com o Microsoft Active Directory. A funcionalidade de integração com o Active Directory deverá permitir a definição granular das permissões administrativas aos recursos, objetos e servidores definidos na configuração do software;



2.2.3.14. A solução deve permitir a desduplicação, eliminando blocos repetidos nos jobs executados.

2.2.4. SUPORTE AO MICROSOFT FILE SERVER

2.2.4.1. Para arquivamento de “filesystem” ou “fileshare” o software deve ser capaz de automaticamente arquivar documentos satisfazendo certo critério e substituí-los por “atalhos” que contêm as informações para a recuperação destes. Os usuários podem dar um clique duplo no “atalho” do arquivo numa janela do Windows Explorer para reaver o documento original;

2.2.4.2. Permite realizar análise dos servidores de arquivos com o objetivo de levantar a quantidade de espaço consumido por tipos de arquivos, tempo de acesso e data de criação e modificação dos arquivos;

2.2.4.3. Permite que o acesso pelo usuário final seja feito diretamente pelo arquivo armazenado no diretório original, que passará a se tornar um ponteiro para o item arquivado (stub);

2.2.4.4. Permite que arquivos armazenados em pastas diferentes tenham períodos de retenção distintos;

2.2.4.5. Permite que as políticas de arquivamento sejam definidas por:

2.2.4.5.1. Arquivar arquivos cuja criação foi há mais de n dias;

2.2.4.5.2. Arquivar arquivos cujo ultimo acesso foi há mais de n dias;

2.2.4.5.3. Arquivar arquivos cuja ultima modificação ocorreu há mais de n dias;

2.2.4.5.4. Tamanho maior do que um limite especificado;

2.2.4.5.5. Iniciar seleção de arquivos quando o espaço livre no volume for menor que n %;

2.2.4.5.6. Parar a seleção de arquivos se o volume teve n % de espaço liberado.

2.2.4.6. Fornece aos usuários acesso transparente aos dados arquivados;

2.2.4.7. Mantem log de toda atividade de arquivamento e migração realizada;



- 2.2.4.8. Permite a recuperação do item arquivado para o local original sem deleção do item original, de forma que caso o mesmo não seja alterado, a mensagem é apenas transformada novamente em ponteiro, sem necessidade de realizar novo arquivamento;
- 2.2.4.9. Além disso, o software deve permitir ao administrador realizar o arquivamento com base nos caminhos dos arquivos (volumes e/ou pastas) de forma a selecionar e excluir arquivos com base em características específicas do próprio arquivo (ex.: extensões, tamanho, idade);
- 2.2.4.10. A solução deve prover uma opção para verificação de dados, de forma a assegurar que os dados foram arquivados estão íntegros.

2.2.5. SUPORTE AO MICROSOFT EXCHANGE SERVER

- 2.2.5.1. Para arquivamento de itens do Microsoft Exchange, a solução deve ser capaz de automaticamente arquivar mensagens obedecendo a um critério e substituí-las por “atalhos” contendo informação para recuperação. Os usuários podem dar um clique duplo no “atalho” da mensagem no Outlook ou Outlook Web Access para recuperar automaticamente a mensagem original;
- 2.2.5.2. Realizar arquivamento nos seguintes tipos de dados:
 - 2.2.5.2.1. Caixas postais;
 - 2.2.5.2.2. Pastas dentro de caixas postais;
 - 2.2.5.2.3. Mensagens dentro de pastas;
 - 2.2.5.2.4. Anexos das mensagens.
- 2.2.5.3. Trabalhar com o “Exchange envelope” ou “message-level journaling” para “compliance archiving”;
- 2.2.5.4. A solução não deve alterar a forma de acesso para os usuários às mensagens migradas, tanto no Outlook quanto no OWA, nem exigir que o usuário tenha que aprender como acessar as mensagens migradas, tanto no Outlook quanto no OWA;
- 2.2.5.5. A solução deve implementar as seguintes regras de arquivamento de mensagens:
 - 2.2.5.5.1. Idade das mensagens;



- 2.2.5.5.2. Tamanho das mensagens;
- 2.2.5.5.3. Quotas para caixas postais (tetos e pisos);
- 2.2.5.5.4. Filtros de anexos.
- 2.2.5.6. A solução deve permitir que as pesquisas na base de arquivamento possam ser feitas diretamente pelo Outlook do usuário ou via OWA;
- 2.2.5.7. A solução deve permitir que o Administrador realize pesquisa e recupere mensagens para a mailbox ou para pastas do usuários;
- 2.2.5.8. A solução deve permitir que os usuários possam realizar buscas em suas mensagens de e-mails e anexos arquivados e migrados;
- 2.2.5.9. Integrar-se ao Journal do Exchange permitindo o arquivamento automático da cópia das mensagens enviadas e recebidas pelos usuários;
- 2.2.5.10. A solução deve permitir que as mensagens arquivadas possam ser armazenadas localmente no desktop/laptop para o acesso off-line em processo semelhante às pastas off-line do Exchange.

2.2.6. RELATÓRIOS

- 2.2.6.1. A solução deve implementar a configuração de alertas;
- 2.2.6.2. A solução deve vir com conjunto de relatórios padrões dando cobertura aos seguintes tipos de relatórios:
 - 2.2.6.2.1. Crescimento de Storage;
 - 2.2.6.2.2. Utilização de licenças;
 - 2.2.6.2.3. Sumário da atividade de arquivamento.
- 2.2.6.3. A solução deve emitir relatórios nos seguintes formatos:
 - 2.2.6.3.1. HTML;
 - 2.2.6.3.2. CSV;



2.2.6.3.3. PDF.

- 2.2.6.4. Deve possibilitar o agendamento de geração de relatório periódico e que o relatório seja exportado automaticamente para no mínimo dois destinos: e-mail, compartilhamento, FTP ou SCP.

2.2.7. TREINAMENTO

- 2.2.7.1. O treinamento deverá ser ofertado antes do início dos trabalhos de instalação, configuração da solução ofertada; de forma que os analistas da equipe da SUREP (SEFAZ-ES) possam acompanhar todo o trabalho de implantação da solução com o embasamento técnico necessário para entender as atividades a serem executadas pela CONTRATADA;
- 2.2.7.2. Deverá ser ofertado treinamento oficial de todos os componentes da solução ofertada para 04 (quatro) funcionários da equipe da SUREP (SEFAZ-ES);
- 2.2.7.3. A grade total de treinamento não poderá ser inferior a 40 (quarenta) horas e deverá cobrir a administração básica e avançada da solução ofertada;
- 2.2.7.4. O treinamento deverá explicar conteúdo suficiente para a plena utilização dos produtos ofertados para a solução, devendo ser um curso de currículo oficial do fabricante, mesmo que extraordinariamente complementado pela cobertura das funcionalidades específicas destes produtos, bem como as características técnicas utilizadas para o desenho de toda a solução utilizada neste projeto, incluindo técnicas de resolução de problemas;
- 2.2.7.5. Caso o conteúdo exigido não seja coberto por um único treinamento oficial, podem ser realizados tantos treinamentos oficiais quantos sejam necessários para que seja feito integralmente o repasse do conteúdo exigido, desde que obedecidos os mesmos prazos e condições estipulados neste documento;
- 2.2.7.6. O treinamento deve ser realizado em horário comercial, de segunda a sexta-feira;
- 2.2.7.7. O treinamento deve ser ministrado por instrutores capacitados e possuidores de certificação emitida pelo fabricante da solução, bem como a instituição que realizará o treinamento deve possuir certificação de capacitação fornecida pelo fabricante específica para execução de treinamentos;



- 2.2.7.8. Deve ser agendado a critério da SEFAZ, com antecedência de 60 dias consecutivos para o perfeito planejamento junto ao centro autorizado. Após o agendamento, o treinamento deve ser iniciado em até 60 (sessenta) dias consecutivos;
- 2.2.7.9. A SEFAZ se reserva o direito de indicar, em cada solicitação de treinamento, o número de 01 (um) até 04 (quatro) participantes, sendo que a soma de todos os participantes não ultrapassará o total de 04 (quatro);
- 2.2.7.10. O treinamento pode ser ministrado na Região da Grande Vitória ou em outras localidades;
- 2.2.7.11. O treinamento deverá ser preferencialmente ministrado na Região da Grande Vitória. Caso o treinamento seja ministrado fora da Grande Vitória, todas as despesas referentes a transporte e hospedagem dos funcionários da equipe da SUREP (SEFAZ-ES) serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 2.2.7.12. Na hipótese de os treinamentos ocorrerem fora da Região Metropolitana da Grande Vitória, as diárias serão pagas aos treinados pela SEFAZ, nos valores previstos no Decreto n.º 3328-R, de 17 de junho de 2013, publicado no DOES em 18 de junho de 2013, acrescido do adicional de 20% (vinte por cento) correspondente à ajuda de custo para deslocamento, conforme previsão do Decreto Estadual n.º 1282-R, de 12 de fevereiro de 2004, publicado no DOES em 13 de fevereiro de 2004. A contratada emitirá fatura pelo treinamento segundo o valor proposto na licitação, descontados os valores repassados diretamente pela SEFAZ aos treinados a título de diária e ajuda de custo;
- 2.2.7.13. O licitante vencedor deve se responsabilizar em fornecer, sem custo adicional para a SEFAZ, material didático impresso na língua portuguesa (Brasil) ou língua inglesa a todos participantes para acompanhamento do treinamento;
- 2.2.7.14. Ao final do treinamento deve ser emitido e entregue a cada aluno certificado oficial de participação, emitido pelo próprio fabricante;
- 2.2.7.15. A entrega dos certificados oficiais de participação é condição necessária ao pagamento do treinamento.

2.2.8. SERVIÇOS



- 2.2.8.1. Antes da execução dos serviços de implantação da solução proposta, deverá ser realizada uma reunião com a presença dos arquitetos da solução do fornecedor, os analistas da SEFAZ envolvidos no projeto e a equipe do Escritório de TI da GETEC / SEFAZ, para elaboração do plano do projeto para a implantação da solução, de forma a seguir as boas práticas de gerenciamento de projetos, incluindo:
- 2.2.8.1.1. Estudos de viabilidade, configuração, instalação;
 - 2.2.8.1.2. Detalhamento das atividades;
 - 2.2.8.1.3. Escopo;
 - 2.2.8.1.4. Cronograma;
 - 2.2.8.1.5. Recursos;
 - 2.2.8.1.6. Análise de riscos e impacto;
 - 2.2.8.1.7. Plano de contingências;
 - 2.2.8.1.8. Marcos do projeto;
 - 2.2.8.1.9. Reuniões de acompanhamento, entre outros.
 - 2.2.8.1.10. Documentação necessária.
- 2.2.8.2. Serão definidos nessa fase todos os detalhes operacionais envolvidos na execução dos serviços, como: levantamento e análise do ambiente atual da SEFAZ, os colaboradores envolvidos no processo, os horários de execução dos serviços, as adequações necessárias para a implantação do novo ambiente, o plano de contingência em caso de desastre, entre outros;
- 2.2.8.3. Ao final da fase de planejamento o licitante vencedor deverá apresentar um cronograma com descrição e duração estimada de todas as ações;
- 2.2.8.4. Documentação *As-Built* de todo o projeto.
- 2.2.8.5. O projeto de instalação da solução de arquivamento de dados deverá contemplar, no mínimo:
- 2.2.8.5.1. Ter profissionais habilitados a implantar todos os componentes da solução ofertada;



- 2.2.8.5.2. Proposta de configuração da nova solução, seguindo as melhores práticas de mercado e recomendações do fabricante;
- 2.2.8.5.3. Estratégia de arquivamento de dados e e-mails;
- 2.2.8.5.4. Estratégia de instalação do servidor, e, implantação dos agentes e clientes.
- 2.2.8.6. A CONTRATANTE se responsabilizará por manter o ambiente que sofrerá intervenção com a última cópia de segurança completa (backup full), realizada e válida;
- 2.2.8.7. A CONTRATANTE se responsabilizará por fornecer todos os dados relativos ao ambiente que passará pela readequação da ferramenta de solução de backup e implantação da ferramenta de arquivamento de dados;
- 2.2.8.8. A CONTRATANTE se responsabilizará por identificar todos os arquivos PSTs existentes no ambiente da SEFAZ e importa-los para o Exchange, para que os mesmos, possam ser arquivados;
- 2.2.8.9. Todo o trabalho de instalação, configuração e migração do atual ambiente de backup, será realizado nas dependências da SEFAZ;
- 2.2.8.10. A instalação, configuração e migração serão precedidas de uma análise do ambiente atual da SEFAZ;
- 2.2.8.11. A instalação deverá levar em consideração a finalidade de uso de cada um dos componentes da solução, inclusive quanto aos aspectos de redundância e alta disponibilidade exigidos;
- 2.2.8.12. Deverão ser configurados os itens de restrições de acesso para usuários e administradores, alertas e políticas para monitoramento e gerenciamento da solução, com configurações básicas e avançadas que possibilitem a entrada do novo ambiente em produção;
- 2.2.8.13. A CONTRATADA deve atuar junto com a equipe da SEFAZ identificando melhorias e erros de modo a poderem ser mitigados através de recursos da própria ferramenta;
- 2.2.8.14. A CONTRATADA deve propor melhorias, customizações, atuando em caso de problemas encontrados;
- 2.2.8.15. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores, equipamentos e rede elétrica, somente poderão ser



executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a equipe da SEFAZ;

- 2.2.8.16. Durante as fases de instalação, configuração e migração a CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento das atividades por parte dos analistas da SEFAZ, em todos os passos da execução dos serviços, além de fornecer a descrição da topologia proposta, com destaque para o uso dos recursos;
- 2.2.8.17. Ao final da instalação deverá ser entregue, em mídia digital, documentação formal de todas as configurações, procedimentos e definições utilizados no projeto, instalação e ativação do conjunto, com detalhamento suficiente que permita aos analistas da SEFAZ reproduzir as ações documentadas;
- 2.2.8.18. Ao término dos serviços de instalação e configuração deverão ser realizados testes que certifiquem que o ambiente da SEFAZ está configurado de acordo com as recomendações e melhores práticas do fabricante da solução e que o mesmo está apto a suportar toda a demanda levantada, em alta disponibilidade e continuidade que serão implementados sob essa plataforma. Além disso, a solução implementada deverá passar por um período de homologação com acompanhamento técnico feito pela CONTRATADA de pelo menos 30 (dias) dias úteis.

2.2.9. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

- 2.2.9.1. O prazo de garantia do fabricante será de 60 (sessenta) meses, incluindo atualizações de software, com suporte do fabricante mediante sistema Web e telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, com tempo de atendimento de até 2 (duas) horas a partir da abertura do chamado e sua solução definitiva de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo casos em que seja comprovada a existência de bug no produto;
- 2.2.9.2. O fabricante deverá disponibilizar uma central telefônica para abertura de chamados técnicos através de ligação gratuita para suporte e atendimento técnico, bem como possuir site na internet, com a disponibilização de todas as atualizações existentes, relativas ao produto ofertado;
- 2.2.9.3. O fabricante deverá fornecer suporte técnico local e/ou remoto e em língua Portuguesa (Brasil);



- 2.2.9.4. Define-se, para este item, serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico, ferramenta on-line e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;
- 2.2.9.5. Atualização de versão é o direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do site na Web;
- 2.2.9.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam solicitar diretamente ao fabricante as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;
- 2.2.9.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam solicitar diretamente ao fabricante a abertura de chamados técnicos;
- 2.2.9.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar a SEFAZ mecanismos para que os analistas do órgão possam verificar todos chamados abertos ao fabricante;
- 2.2.9.9. Na ocorrência de quaisquer eventuais problemas do software, a equipe técnica da CONTRATADA deverá entrar em contato com o fabricante para a resolução dos eventuais problemas, bem como o acompanhamento até a sua efetiva resolução;
- 2.2.9.10. Após a entrega dos equipamentos, a Contratada apresentará documento, fornecido pelo fabricante dos mesmos, que comprova a contratação da garantia com o nível de serviço (ou SLA - Service Level Agreement) requerido no edital (atendimento 24x7, com tempo de solução em 2h) e onde consta número de série, licenças e a data de início e término da garantia;
- 2.2.9.11. Os chamados de suporte técnico podem ser abertos com o proponente e com o suporte técnico do fabricante a critério da SEFAZ-ES;
- 2.2.9.12. Os chamados de severidade baixa, ou seja, aqueles que não afetam o desempenho da solução ou funcionalidades que não sejam de suma importância, devem possuir um tempo de resposta máximo de 8h (oito horas) para diagnóstico e solução do problema, o mesmo deverá ser realizado por e-mail;



- 2.2.9.13. Os chamados de severidade média, ou seja, aqueles que influenciam negativamente no funcionamento de alguns dos seus serviços, mas sem torná-la totalmente inoperante, devem possuir um tempo de resposta máxima de 4h (quatro horas) para diagnóstico e solução do problema, o mesmo deverá ser realizado On-Site;
- 2.2.9.14. Os chamados de severidade crítica, ou seja, aqueles relacionados a impactos de alta relevância que impedem a operação da solução, devem possuir um tempo de resposta máximo de 02h (duas horas) para diagnóstico e solução do problema, o mesmo deverá ser realizado On Site;

Nível de Severidade	Descrição	E-mail	On Site
Alto	Serviço completamente indisponível		02 horas
Médio	Serviço operando parcialmente		04 horas
Baixo	Serviço com degradação de desempenho ou funcionalidade	08 horas	
Normal	Aplicação de patches, hotfixes e firmware		Agendamento de 48 horas

2.2.10. DEVERES DA CONTRATADA

- 2.2.10.1. Alocar para este projeto, no mínimo, 01 (um) profissional certificado como Project Management Professional (PMP) que será o Gerente do Projeto;
- 2.2.10.2. Apresentar profissional (ou profissionais) com certificação técnica emitida pelo fabricante ou instituto autorizado pelo respectivo fabricante da solução, indicando sua habilitação técnica na tecnologia ofertada. Este profissional (ou profissionais) devem executar “in loco” os serviços especificados e prestar o suporte e o atendimento em garantia dos produtos;
- 2.2.10.3. Executar o objeto nas condições especificadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo;
- 2.2.10.4. Desenvolver os serviços sempre em regime de entendimento com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo;



- 2.2.10.5. Prestar os serviços sempre por intermédio do responsável legal ou por técnicos qualificados, devendo responder perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, por todos os ônus, encargos, perdas e danos porventura resultantes da execução do objeto;
- 2.2.10.6. Adicionalmente, na proposta, o arrematante obrigatoriamente deverá detalhar a marca, o modelo, e a decomposição dos preços para cada parte significativa do equipamento ofertado para o LOTE 2 – SOFTWARE DE ARQUIVAMENTO DE DADOS, detalhando código (part number), descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total de cada componente. A tabela a seguir exemplifica como o proponente deverá detalhar a composição dos equipamentos:

Item	Especificação	Marca/Modelo.	Quant.	Valor Unitário Máximo Admitido (R\$)	Valor Total Máximo Admitido (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software		01 Conjunto		
2	Suporte e Garantia				
	Suporte		60 meses		
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços		01 Conjunto		
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial		01 Conjunto		
	Treinamento Hands-On		01 Conjunto		

2.2.11. TREINAMENTO HANDS-ON IN-LOCO

- 2.2.11.1. Ao final dos serviços deve ser oferecido um treinamento “in loco” para repasse tecnológico de conhecimento de todo o ambiente implantado, para 04 (quatro) funcionários da SUREP (SEFAZ-ES), com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas;
- 2.2.11.2. Deve ser conduzido por profissional, possuidor de certificação emitida pelo fabricante da solução, que detenha todas as condições técnicas (teóricas e práticas) necessárias. O responsável pelo treinamento “in loco” deve preferencialmente ser o mesmo profissional



que participou das fases de elaboração de projeto e implantação da solução, e somente será aceita a sua substituição em casos excepcionais e com a concordância da SUREP (SEFAZ-ES);

- 2.2.11.3. Deve ser realizado nas dependências físicas da SEFAZ-ES entre 09h e 18h, de segunda à sexta-feira;
- 2.2.11.4. Deve contemplar a apresentação da implantação, explanando a topologia adotada e os equipamentos envolvidos;
- 2.2.11.5. Deve abordar todas as funcionalidades envolvidas no projeto da nova solução;
- 2.2.11.6. Deve capacitar os alunos a executarem tarefas rotineiras de configuração, operação, suporte, manutenção e monitoramento da solução adquirida;

2.2.12. ENTREGA

- 2.2.12.1. As licenças de software deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias após emissão da ordem de fornecimento da SEFAZ;

2.2.13. MODELO DE PLANILHA DE ATENDIMENTO DE REQUISITO

- 2.2.13.1. O atendimento a todos os itens deve ser comprovado através de documentação oficial do fabricante da solução, que deverá ser anexada à proposta comercial ajustada. A instituição poderá realizar diligência junto ao fabricante para comprovar a autenticidade da documentação. A localização da comprovação na (s) página (s) deverá ser clara e precisa. O não atendimento destes requisitos implicará na desclassificação da proposta:

Item	Documento	Página	Localização





SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS
(Modelo)

À Secretaria de Estado da Fazenda.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de fornecimento de bens (e/ou execução de serviços) – TI – SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING), pelo preço total de R\$ [indicar o valor total em número e por extenso] nos termos do Edital e seus Anexos.

Lote 1 - SOFTWARE DE BACKUP E RESTORE DE DADOS

Item	Especificação	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software	01 Conjunto			
2	Suporte e Garantia				
	Suporte	60 meses			
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços	01 Conjunto			
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial	01 Conjunto			
	Treinamento Hands-On	01 Conjunto			

LOTE 2 – SOFTWARE DE ARQUIVAMENTO DE DADOS

Item	Especificação	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Solução de Arquivamento de Dados				
	Software	01 Conjunto			
2	Suporte e Garantia				
	Suporte	60 meses			
3	Serviços de Instalação e Configuração				
	Serviços	01 Conjunto			
4	Serviços de Treinamento				
	Treinamento Oficial	01 Conjunto			
	Treinamento Hands-On	01 Conjunto			



O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nas Especificações Técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410**

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO
(Modelo)**

[Nome da empresa], CNPJ nº _____ sediada [Endereço completo], declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR
(Modelo)**

[Nome da empresa], CNPJ nº [indicar], por meio de seu representante legal [nome do Representante Legal], portador (a) da Carteira de Identidade nº [número da Carteira de Identidade] e do CPF nº [número do CPF], declara para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, em conformidade com o previsto no Inciso XXXIII, do Artigo 7, da Constituição Federal de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]
Cargo / Telefone



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO VI - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa [Razão Social da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o Nº [da Empresa Licitante], estabelecida na [endereço da Empresa Licitante], forneceu para esta empresa/Entidade [Razão Social da Empresa Emitente do atestado], inscrita no CNPJ sob o Nº [CNPJ da Empresa Emitente do atestado], situada no [endereço da Empresa Emitente do atestado], bens cotado(s) [e/ou serviços], abaixo especificado(s), no período de [__/__/__ a __/__/__]:

OBJETO ENTREGUE: [descrever o fornecimento dos bens e/ou serviços]

VALOR TOTAL (R\$):..... (se possível).

Atestamos ainda, que tal(is) fornecimento(s) está(ão) sendo / foi(ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO: Emitir em papel timbrado da empresa/ entidade ou identificá-la logo abaixo ou acima do texto, com nome, CNPJ, endereço, telefones, fax e e-mail.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO VII - RELAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO BID - BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Elegibilidade para o fornecimento de bens, obras e serviços em aquisições financiadas pelo Banco

Nota: As referências nestes documentos ao “Banco” incluem o BID, o Fumin e qualquer fundo administrado pelo Banco.

Dependendo da fonte do financiamento, o Usuário deve escolher uma das seguintes 3 opções para o item 1. O financiamento pode provir do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) ou, ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que restringem ainda mais os critérios para a elegibilidade a um certo grupo de países membros. Quando for escolhida a última opção, os critérios de elegibilidade devem ser mencionados:

- 1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
 - a) Países Mutuários:
 - (i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.
 - b) Países não Mutuários:
 - (i) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, República Popular da China, Suécia e Suíça.
- 2) Países Membros quando o financiamento provém do Fundo Multilateral de Investimentos.
 - a) Lista de Países:
 - (i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Países Baixos, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República da Coreia, República Popular da China, Espanha, Suriname, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.
- 3) Lista de Países no caso de financiamento por um fundo administrado pelo Banco:
(Incluir a lista de países)
- 4) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços.
Estas disposições políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para apresentar ofertas ou participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Para essa determinação, serão utilizados os seguintes critérios:



A) Nacionalidade

a) **Uma pessoa física** tem a nacionalidade de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

(i) é cidadã de um país membro; ou

(ii) estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

b) **Uma empresa** tem a nacionalidade de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

(i) está legalmente constituída ou incorporada conforme as leis de um país membro do Banco; e

(ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de pessoas físicas ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de uma PCA e todos os Subcontratados devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens se originam em um país membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se um bem produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um item comercialmente reconhecido cujas características básicas, sua função ou propósito de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador. Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo da pessoa física ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Estes critérios são aplicados aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - PROFAZ - ES
AQUISIÇÃO DE TI - SOLUÇÃO DE BACKUP E ARQUIVAMENTO DE DADOS (ARCHIVING)
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 013/2017
PROCESSO Nº 78094410

ANEXO VIII - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (FIANÇA BANCÁRIA)

À (nome do Comprador)

CONSIDERANDO que [nome da CONTRATADA], doravante denominada “CONTRATADA” compromete-se, conforme Contrato nº [indicar], datado [indicar data], a fornecer os bens [e/ou executar os serviços] nele descritos;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante da Garantia de Execução Contratual, no valor especificado no Contrato, cumprimos com a exigência, conforme estabelecido no instrumento convocatório;

DECLARAMOS nossa condição de fiador solidário, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos Artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro, perante [qualificar o CONTRATANTE], pela **CONTRATADA**, até a soma correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ou seja, de [valor da garantia em algarismos e por extenso], comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA** no cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de [valor da garantia], como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias corridos, do efetivo cumprimento das obrigações contratuais, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e Serviços pelo **CONTRATANTE**.

[Data]

[Assinatura do Banco]

[Testemunhas]

[Chancela]